

# O TRABALHO E O SOCIAL

## TEMPORALIDADE E CONTEXTOS HISTÓRICOS



MARCIA DE MELO MARTINS KUYUMJIAN<sup>1</sup>

*Universidade de Brasília*

Em livro introdutório sobre estudos culturais, Armand Mattelart e Érik Neveu,<sup>2</sup> esquadrinham a correlação entre cultura e indústria, objetivando considerar diferentes ângulos de análise sobre a amplidão dos estudos culturais. Os caminhos percorridos para a compreensão dos avanços analíticos no enfoque da história cultural consideram a produção historiográfica do século XIX, preocupada com o culto da nação, com a civilidade e a imagem do herói. Consideram também os efeitos da mídia no embrutecimento das massas no período que se segue do início do século XX até logo após a Primeira Guerra Mundial. No entanto, é após a década de 60 que ocorre a grande virada dos estudos culturais, com a contribuição de quatro grandes pensadores considerados os “founding fathers”. Richard Hoggart<sup>3</sup> investiga o cotidiano da *working class*; Raymond Williams<sup>4</sup> preocupa-se com a estrutura dos sentimentos; Edward P. Thompson<sup>5</sup> pesquisa a vida e as práticas de resistência das classes populares; Stuart Hall<sup>6</sup> faz um grande esforço teórico para promover a incorporação de métodos da crítica textual e literária na compreensão dos produtos culturais, de modo a deixar cada vez mais distante a antiga dicotomia entre o erudito e o exótico. Em conseqüência, a história passa a focar estilos de

vida, educação, competências e sentimentos das classes populares.

A expansão do território da história cultural floresce a partir da investigação sobre os feitos do populacho e as conquistas do pequeno trabalhador, encontrando elementos que permitem desvendar um pouco mais da grandiosidade humana, de sua capacidade em se adaptar, de fazer arranjos e de negociar na dificuldade cotidiana para contrapor as desvantagens sociais e econômicas.

Há de se concordar que a construção de uma imagem social, pelo viés da história tradicional, admite como fatos dignos de serem narrados aqueles protagonizados pelos grandes homens na construção da identidade nacional, ancorados na idéia do homem universal. Esse domínio escrutina não apenas o pensamento como também oculta modos de vida, experiências, disputas de poder e uma riqueza de detalhes considerados, hoje, a pedra de toque da história cultural. O desvendar deste mundo encoberto pelo manto das generalidades favorece a teoria social, com a crítica à sociedade industrial, como também oferece visibilidade às transformações operadas pelo mundo do trabalho na vida das pessoas subalternas, bem como de suas famílias e comunidades, em termos de hábitos, valores, práticas e projetos.

Assim, a história cultural inaugura seu estatuto científico. São os trabalhadores e os dilemas sociais, com suas marcas políticas, sociais e econômicas que chamam a atenção desses estudiosos interessados em questionar as implicações sociais dos modos como o trabalho se articula com outras esferas da vida. Aos poucos, novos temas são integrandos ao rol de preocupações, expandindo a área dos estudos culturais para novas temáticas como gênero, raça, etnia, consumo, moda, identidade sexual, turismo, literatura, cinema, etc. Além de alargar as margens de mútua influência entre história, sociologia e antropologia.

Chama-se a atenção, primeiramente, para o lugar ocupado pelo mundo do trabalho, nos estudos culturais, como protagonista de um novo modo de se fazer história. Portanto, interessa-me observar o campo simbólico no qual esta categoria está inserida, bem como compreender as representações construídas sobre o trabalho e os trabalhadores. Importante matriz social, o trabalho permite, a cada indivíduo, participar de modo diferenciado no patrimônio sócio-cultural e econômico que caracteriza uma determinada sociedade. Deste modo, o trabalho

incorpora, como todo legado histórico, as manifestações culturais, entendidas na mesma direção de Pesavento:

como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo. A cultura é ainda uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica, ou seja, admite-se que os sentidos conferidos às palavras, às coisas, às ações e aos atores sociais se apresentam de forma cifrada, portando já um significado e uma apreciação valorativa.<sup>7</sup>

É a partir deste preâmbulo sobre a correlação entre cultura e trabalho que se investiga o trabalho como um fato social com modulações temporais, tendo por viés o “conjunto de significados partilhados e as apreciações valorativas” que constroem e reconstróem representações. Para atingir este objetivo, discorreu-se sobre os diferentes sentidos que o termo “trabalho” adquire ao longo da história e sobre o modo como a inter-relação entre sua materialidade e o campo simbólico lhe confere um determinado valor resultante das relações sociais, principalmente se consideramos o fato de que a cada inovação tecnológica há uma grande quantidade de atividades produtivas que passam a ser denominadas de trabalho, bem como inúmeras são as que perdem este estatuto. Enfim, o trabalho, mais que uma palavra, confere sentido às ações humanas, regula a inserção social e determina a posição social pautada no poder da posse material.

A começar pela simbólica da mitologia grega sobre o mito de Prometeu, sobressai o embate entre dois mundos, o reino dos deuses e o reino humano, sendo este último marcado pela necessidade e precariedade. A lenda desnuda o confronto entre divindades, nas figuras de Zeus e Prometeu, por este ter doado, ao homem, o segredo do fogo, símbolo da inventividade e da criatividade. Como castigo, Prometeu é submetido à tortura diária de ter o fígado consumido por uma águia por longos 30 anos. A representação registrada nesta façanha marca o caráter ocasional do trabalho para os deuses. No que se refere ao ser humano, o domínio do saber sobre o fogo coloca em questão a submissão, como uma promessa de superação da condição humana. A lição a se tirar desta querela mitológica é a de possuir o trabalho uma missão, a de ser divisor de águas entre os planos do sagrado e do profano.

Os gregos antigos trazem, para a esfera terrena, o viés dicotômico do trabalho pela separação entre atividades dependentes e atividades livres. Dois mundos: um, reduto do reino das necessidades, outro, lócus da cidadania, do agir político,<sup>8</sup> cuja ação materializa-se na estrutura sócio-econômica e no sistema normativo, legitimadores da ordem social. Neste caso, os homens são hierarquizados, não pela negação do trabalho, mas pelo desempenho de uma atividade, desde que produtiva, transformadora da natureza em bens necessários à manutenção da vida. Assim, são respeitadas as camponeses e os artesãos. Questionável é a ação dos comerciantes que, no lugar de transformar, lucram com a venda de bens que não produzem. Além dos comerciantes, as atividades desenvolvidas na esfera do *oikos* são depreciadas, por demonstrarem a submissão daqueles que não podem apresentar nenhuma contrapartida à sua ação. Assim, abaixo da supremacia dos ricos, possuidores de terras, estão os produtores, depois, os comerciantes e, finalmente, as mulheres e os escravos.

No que importa para esta temática, qual seja, o sentido do trabalho, naquele momento histórico definem-se as atividades da esfera do público em oposição à da esfera do privado, identificando o *status* do sujeito e diferenciando o trabalho manual do político, que permite organizar a vida coletiva. Como desdobramento, é construída a identidade do cidadão grego pela valorização de um tipo de trabalho. Esta distinção é importante porque o ócio, no lugar de sinônimo de preguiça, refere-se à oposição, conforme foi apropriado pelos romanos, ao *negotium*, esfera da ação característica do cidadão com tempo para se dedicar à vida pública.

Deste modo, ociosidade não significa negação ao trabalho, mas diferencia os grupos sociais pela dignidade e espírito virtuoso. Os excluídos não perdem, por tal razão, sua importância social de produtores e provedores das necessidades básicas. “Contrariamente aos dias atuais, não se questionava a existência de excluídos dos benefícios sociais pela ausência do trabalho. Questionava-se que tipo de trabalho habilitava ou não à participação na vida pública”,<sup>9</sup> posto que a virtude aristotélica consigna o homem livre como aquele devotado à construção do espírito e não à fabricação das coisas. A relação do homem com a natureza é a de fazer um bom uso das coisas e não de as transformar pelo trabalho.<sup>10</sup> De todo modo, não se

despreza o trabalho do povo quando útil à cidade e para o qual é atribuído um valor.

Sem a existência de um termo específico para designar o conjunto de atividades produtivas, prevalece a distinção entre tarefas que exigem um grande esforço físico e outras entendidas como socialmente úteis, mas todas identificadas, separadamente: ferreiros, agricultores, tosquiadores, etc. Os termos “operário” e “produtor” diferenciam o trabalho no âmbito privado daquele realizado no âmbito público. Neste sentido, a liberdade é privilégio do produtor que atua na esfera pública. O prolongamento deste imaginário no Império Romano se destaca pela atitude de desdém frente ao trabalho, conseqüência do desdém ao trabalhador, percebido como socialmente inferior e também ignóbil. Esta é uma representação cuja expressão aristotélica está na negação da felicidade a quaisquer indivíduos incapazes de “deter os meios de organizar a própria existência e fixar para si mesmos um objetivo ideal.”<sup>11</sup> O ideal de homem, tanto para os gregos quanto para os romanos, era o de proprietário de terras, que detinha tempo livre para se ocupar em dirigi-las. O imaginário social fornece fermento para a superioridade do dirigente e a subordinação dos que vivem do cumprimento de tarefas.

145

É importante destacar que a celebração de se viver de renda não significa uma negativa do trabalho em si, mas, ambigualmente, desprezo à cobiça dos ricos que, mesmo sem necessidade, se dispõem a essa lide, sem cultivar o espírito do homem virtuoso que formava a classe dos notáveis. A confusa divisão do trabalho entre diferentes classes, com diferentes riquezas aponta, com bem afirma Paul Veyne, para representações que “visam globalmente grupos sociais inferiores, reduzidos a viver de salário ou a se colocar a serviço de alguém.”<sup>12</sup> A pretensão era a de

exaltar ou depreciar uma classe social onde tudo é mais ou menos verdadeiro ao mesmo tempo: para uns, servidão doméstica; para os irmãos de classe, trabalho assalariado. Todos são acusados de trabalhar, de modo que a classe inteira seja mergulhada no desprezo, mas não os desprezam porque trabalham.<sup>13</sup>

É no interior deste campo discursivo conturbado, considerando os modos como a própria história interroga a vida, que se articula a uma retórica sobre o

detêm o domínio das letras, vivendo no mesmo plano de ignorância e rusticidade que as camadas populares. Permanece a distinção entre *arts mechanicas* (trabalho manual) e *arts contemplativas* (trabalho intelectual). É em torno dessas representações que a dinâmica social se constrói, sendo valorizadas as atividades de cuidado com a alma, com a proteção da cidade e com a produção de gêneros alimentícios. Assim, padres, guerreiros e produtores asseguram a distinção social.

Ao mesmo tempo, a ordem religiosa associada à ordem familiar e às corporações de artesãos organiza a vida cotidiana a partir em uma rede simbólica na qual o aprendizado de uma atividade é de tal modo considerado como atribuição doméstica que a prestação de serviço pelos jovens e a escolha de ofícios são controlados, e também protegidos, pela autoridade do *pater famílias*. Assim, as oficinas são um anexo da casa e atuam como mediadoras da relação entre o cotidiano familiar e o espaço urbano de circulação. É neste contexto que as pessoas aprendem um trabalho com imposição de ritmo, rigor e vigilância familiar.

Com a emergência do Renascimento, esta situação é atenuada pelo desenvolvimento do comércio e pelo avanço da ciência (a teoria heliocêntrica de Copérnico, a invenção do telescópio que permitiu Galileu teorizar sobre o universo infinito, etc.), favorecendo o surgimento de uma nova classe econômica, nem serva, nem nobre, que na busca de reconhecimento social, problematiza a qualidade das atividades produtivas. Assim, as *arts mechanics* ganham novo *status*. Os artistas protagonizam a mudança de percepção sobre o trabalho manual ao reivindicarem agir orientados pelo raciocínio lógico. Diziam que suas obras resultavam de planejamento, conhecimento de perspectiva, geometria, da combinação química de cores e texturas para traduzir luz e sombra e, da física, para expressar movimento. A arte se desloca do campo divino para o humano ao combinar pensamento e ato. Só aí o artista passa a assinar suas obras. Assim, o produto passa a ter a marca de um indivíduo com o qual pode ser identificada. O produto, doravante, é a materialização da atividade de um agente produtivo.

O trabalho, separado das atividades cotidianas de subsistência e reprodução, adquire, após o Renascimento, os contornos de um novo ator da cena social, de um fator essencial da modernidade. Principalmente pelo fato de as profissões

alcançarem as vias urbanas para atrair a clientela. Arlette Farge<sup>15</sup> enumera algumas das profissões que compõem a paisagem das ruas e com as quais se tem constante contato: latoeiros, pasteleiros, dentistas, floristas, quinquilheiros e limpadores de chaminés, que se diferenciam pela vestimenta típica de cada profissão.

Por conseguinte, a expansão das atividades produtivas está associada à expansão do espaço urbano e das múltiplas formas de ganhar a vida. Com isto, redefinem-se as atividades e, finalmente, surge, no século XVII, o termo “trabalho”, para distinguir os que não produzem, mas vendem sua força de trabalho, como os jornaleiros, os operários e os aprendizes, para garantir sua própria sobrevivência e cuja ação não se materializa em produtos para o mercado. Infere-se, neste caso, o sentido do trabalho, surgindo como uma metáfora ao trabalhador sem liberdade de escolher o que e como produzir e, portanto, assujeitado.

148

Toda esta digressão sobre o sentido do trabalho na mitologia, na tradição greco-judaica-cristã e nos momentos precedentes ao advento do capitalismo tem uma finalidade, a de identificar as possíveis modulações de uma noção, de um tipo específico de domínio sobre o mundo. Se os vários sentidos aludem a diferentes planos, o mitológico, o religioso ou o lógico, é porque, em cada contexto, as possibilidades de construção do saber informam as práticas e as relações sociais, tendo por pano de fundo o repertório de significados possíveis que o trabalho adquire e os modos como é representado. São arquivos históricos que podem ser lidos considerando-se duas faces: a “realidade” dos fatos históricos e a construção de sentidos que apontam para a pluralidade de significados. O que realmente se quer salientar é o fato de sermos nós, do plano social, que elaboramos saberes, representamos as coisas no mundo e conferimos valores.

Cabe ao trabalho, ainda na modernidade, esta condição enigmática construída desde a Grécia Antiga, porque as representações passadas não são simplesmente substituídas por novas. Elas se mesclam, formando um processo de re-elaboração de sentidos, a partir do qual velhos modos de ser e pensar são estrategicamente apropriados para re-figurar a própria experiência. As pessoas continuam a ser qualificadas segundo critérios que têm no trabalho uma de suas medidas. Faz-se a distinção entre o trabalho manual e o de concepção, assim como entre o de

gerencia e o de chefe de departamento do trabalhador que opera as máquinas.

Assim, a revolução industrial inaugura o capitalismo e engendra, como símbolo, a máquina, que substitui a ferramenta. Estas alterações, iniciadas a partir de meados do século XVIII, promovem a reestruturação na concepção, avaliação e realização do trabalho. Inevitavelmente, a Lei dos Cercamentos de Terra na Inglaterra introduziu a liberação de mão-de-obra para o sistema fabril e garantiu o funcionamento das fábricas. Estas são mudanças significativas que dão o tom do ritmo e da direção das inovações e impulsionam o avanço da ciência e tecnologia que interferem diretamente no mundo do trabalho, fazendo surgir novos valores, hábitos cotidianos, relações sociais e de poder. Emerge uma nova sociedade cuja leitura deve levar em consideração os novos parâmetros produtivos e seus efeitos na cotidianidade das famílias e dos trabalhadores.

Já de início, ocorre a inversão do ritmo da produção e a subjugação do corpo ao ritmo da máquina, alterando a produtividade, o mercado consumidor e o domínio e conhecimento do próprio corpo. Junto a este processo inicia-se a urbanização e a comunicação, estimulando novas formas de inserção social pelo trabalho. Paralelamente, os trabalhadores, chegando aos milhares nos centros urbanos à busca de trabalho, sofrem o primeiro grande efeito do salto tecnológico<sup>16</sup> promovido principalmente pela invenção dos gigantescos teares que acelera o ritmo da produção e abre caminho para um novo corolário, o desemprego. Os empregados se submetem ao trabalho mal remunerado, em ambientes pouco iluminados, pouco ventilados, insalubres, longas jornadas que se estendem por 15 horas ou mais, além de suportarem métodos violentos de controle do tempo de trabalho, como bem nos conta o episódio de trabalhadores investigada por Darnton.<sup>17</sup>

Deste modo, ser trabalhador significa estar na escala social mais baixa, vivendo em situação precária sem ter a quem recorrer, senão utilizando artimanhas para demonstrar o mal-estar produzido pelas condições desfavoráveis. Este é o filão eleito por Marx para compreender as profundas mudanças econômicas e sociais que se processam na estrutura social. É através de suas reflexões que o termo “trabalho”, em si e nas suas manifestações sociais, ganha maior relevância explicativa e conotativa, revelando, além da riqueza de sentidos, suas desconcertantes

marcas de ambigüidade.

Para o jovem Marx<sup>18</sup> o trabalho significa, ao mesmo tempo, acúmulo de experiência e produção simbólica, porque se refere a novas formas lingüísticas de representação do mundo no campo da comunicação coletiva, mas também ação transformadora da realidade. É a configuração do ser social marcado por processos históricos específicos. Culturalmente produzida, a habilidade de produzir coisas só pode ocorrer através de uma situação relacional que impõe limites e disciplina, e que estruturam e caracterizam os grupos humanos. Esfera da transformação e da cooperação, a força produtiva depende do tipo de sociabilidade. Mas as condições de trabalho, a pobreza que graça entre os trabalhadores e suas famílias, obrigando crianças, jovens e mulheres a competirem no mercado constituem, certamente, a maior contradição do capitalismo porque a divisão do trabalho destrói o espírito cooperativo e reduz o ser humano à condição de trabalhador alienado, servil ao objeto, emasculado e induzido ao individualismo.

150

Esta é uma versão interessante do trabalho, posto que Marx prefere observá-lo sob o ângulo da formação dos indivíduos que podem reconhecer a própria capacidade produtiva e avançar na escala da humanização. Entretanto, as manifestações históricas indicam que o trabalho é, também, campo de disputa e conflito. Portanto, qualquer modo de produção está assentado sobre um estoque valorativo, sobre o objetivo do sistema produtivo e sobre diferentes modos de engajamento dos sujeitos na produção, como um acontecimento social.

Novos componentes são agregados a esse acontecimento: os avanços tecnológicos que, desde o século XIX, dinamizam as cidades, criam critérios de convivência social, ampliam o lastro de bens e confortos como melhoramento nas moradias, pavimentação de espaços públicos, iluminação elétrica, comunicação a distância com o telégrafo, velocidade de locomoção. Mas a pobreza continua a palmilhar a cidade. Concretiza-se uma nova realidade na qual foi dada a largada para o incremento de novos padrões de consumo e, ao redimensionar a vida urbana, recoloca-se a divisão social em classes, de modo que a classe operária, com as implicações decorrentes da criminalização da pobreza, é considerada como o grande inimigo da cidade.<sup>19</sup> O encontro do conforto com a pobreza informa

que a construção do mundo social é acompanhada por identidades contraditórias porque as instituições que sustentam o sistema reforçam a manutenção de lugares diferenciados para os mais e os menos integrados à sociedade.

Os motins e as revoltas, com destaque para o ludismo e o cartismo<sup>20</sup> são resultado do desemprego e pobreza que a indústria produz. Esses movimentos populares, voltados inicialmente para abusos da mão-de-obra infantil e feminina, engendraram o movimento operário e o sistema de leis trabalhistas, a partir de 1833. São momentos duros marcados pela escassez<sup>21</sup> e sacrifício dos trabalhadores para se adequarem à nova disciplina e à padronização da produção. Define-se o bom trabalhador como aquele que sabe cumprir bem as ordens e estar inserido na rotina do trabalho disciplinado. Este é o trabalhador padrão e, para tanto, medidas são adotadas para inculcar estes novos valores entre os trabalhadores.

O esforço da sociedade ocidental em mobilizar todos os recursos disponíveis em torno do trabalho, com adesão geral, inscreve-se na nova ética do trabalho condensado no assalariado, a partir da qual o ócio é deslocado à condição de vício.<sup>22</sup> A visão de uma moral religiosa conduz à domesticação do homem pelo trabalho em oposição ao descanso, informa Weber. Assim, a máxima protestante, “O homem de valor trabalha”, imprime um novo sentido às ações nas quais o trabalho passa a ser a medida, que abre para a formação de uma mentalidade econômica mais objetiva, mais individualista e mais solitária. Desaparecem os laços de amizade e o indivíduo profissional é o novo dono do mundo. Esta é uma transmutação significativa da experiência capitalista que, ao depositar nos indivíduos e sociedade o novo *ethos*, abre-se para o conflito com os comportamentos antigos e se articula com uma nova aura simbólica, a da idéia de que a bonança logo baterá às portas de todos.

A consolidação da produção capitalista no século XX força a reestruturação do processo produtivo com o modelo fordista-taylorista baseado em linhas de montagem, na produção em série, na homogeneização da produção, no controle do tempo e do movimento e na separação entre execução e concepção, com maior racionalidade técnico-administrativa do trabalho e de sua gestão.<sup>23</sup> Enquanto o fordismo significa a eliminação dos tempos mortos da produção, o taylorismo prega o rigor na execução do trabalho, racionalização do processo, incentivo à

competição, salário diferenciado e prêmios de produção.<sup>24</sup>

Em consequência, o capitalismo que toma forma no período anterior à Segunda Guerra Mundial é aquele da associação de dois elementos: a disposição para a vida econômica, bem como a criação de um novo homem, um novo tipo de poder, um novo caráter, uma nova personalidade e uma nova atitude em relação ao trabalho. Valoriza-se o trabalho como fonte da riqueza, bem como o trabalhador profissional e desvaloriza-se o trabalho não-qualificado, o trabalho doméstico, o trabalho rural e o trabalho solidário.

Há, portanto, uma corrida para a profissionalização. As atividades tornam-se saberes específicos, registrados e dominados por aqueles que se submetem ao rigor de metodologias pedagógicas. Essa idéia de profissão remete, como aponta Gorz,<sup>25</sup> ao significado dado ao trabalho desenvolvido na esfera pública, exigido, definido e reconhecido como útil e remunerado por esta esfera. É este trabalho remunerado que permite, ao indivíduo, uma existência e uma identidade social e pertencer a uma rede de relações e trocas, com direitos e deveres. Portanto, à sociedade industrial corresponde a sociedade de trabalhadores. O trabalho, neste contexto, adquire o significado de emprego, ou seja, é concebido como uma relação de subordinação e dependência estatutária, com vínculo empregatício, remunerado e não ocasional.

Os benefícios mais evidentes desse processo são: o forte incremento da produtividade, com efeito direto no processo de concentração de capital; a massificação da produção, do emprego e do consumo; a consolidação do mercado de trabalho com divisão funcional, ordenado por uma superestrutura que comanda a disciplina e a eficiência do trabalho. O Estado passa a atuar como instrumento regulador das relações sociais, com políticas de socialização, de controle e de legitimação racional-legal da nova ordem social.

Para além da expansão da produção em série, o processo amplia o universo do lazer, expande o nível de vida e, contraditoriamente, sucumbe às penúrias da precarização dos que trabalham, pelo crescente desemprego, pelas constantes e inevitáveis dispensas, pelas aposentadorias antecipadas e pela entrada do emprego temporário.<sup>26</sup> Preocupados com as tendências do mercado de trabalho

e as representações que emanam das experiências cotidianas, Lautier e Pereira<sup>27</sup> perguntam o que é trabalho, posto que nem toda atividade produtiva pode assim ser considerada. Trabalho é um fato social, mas também palavra e muitas vezes só se refere a uma parcela da sociedade. Na realidade, os sentidos do trabalho são construídos e abrigados por novas clivagens: os que trabalham contra os que não trabalham, os trabalhadores qualificados contra os não-qualificados, os bem remunerados contra os pessimamente remunerados.

O imaginário em ebulição é o de que, ainda antes do fim do século XX, todo o esforço para dinamizar o mundo do trabalho conduziria ao pleno emprego e à unidade social. No entanto, esse imaginário é paradoxalmente alimentado por duas situações. De um lado, informa que a única forma realizável de inserção social depende da localização na hierarquia produtiva e, de outro, a hierarquia tem uma lógica que cria altos níveis de exploração e de pobreza.

A senha para compreender a matriz de sentidos possíveis sobre o trabalho é o que fica arquivado da ideologia que confere valor ao conceito trabalho e, ao mesmo tempo, oferece um sentido para sua experimentação na esfera do vivido. Portanto, sua concepção muda de sentido dependendo do lugar de referência do enunciador do discurso sobre o trabalho, se o empresariado ou o operariado. Trabalho produtor de riqueza acumulável individualmente, ou esfera da realização humana? Pode ser visto como representação do êxito, do bom empreendedor que fez escolhas racionais, mas também como confirmação da não-liberdade e da necessidade. A dicotomia do termo ganha mais visibilidade, pois é mecanismo de ordenamento social e subvalorização da força de trabalho. Isto transporta a duas importantes e curiosas questões sem respostas: por que o trabalho, epicentro das sociedades ocidentais, orienta para a negação do trabalho como esfera da felicidade? Como a produção se alinha a uma lógica e o trabalho adquire sentidos tão diversificados?

Afora os dilemas que o capitalismo produz sobre a percepção e vivência do trabalho, há de se considerar que o capitalismo ofereceu vantagens consideráveis à sociedade em geral. O grande período de glória do capitalismo ocorreu no intervalo que vai da Segunda Guerra Mundial até a década de 70, momento denominado por

D'Épinay como a fase de euforia com a sociedade do salário e o *Welfare State*, quando ocorre a ampliação do consumo. Isto significa que velhos desejos começam a se tornar realidade e que uma porta se abre para que as pessoas dêem vazão a novos sonhos. Portanto, mais do que racionalidade para o lucro, o capitalismo abre para um imaginário assente na ordem cultural. Talvez seja esta dimensão cultural que permita compreender a inquietação de D'Épinay ao problematizar a racionalidade dos homens das sociedades industriais que, obstinadamente, envolvem-se com uma atividade – trabalho – cuja origem é um instrumento de suplício e cuja adesão para as massas populares arranca mais sacrifícios do que benefícios.

154 | Por conseguinte, a identidade no mundo do trabalho é construída tendo por referência este universo dicotômico que faz aumentar a diferença social entre os indivíduos que trabalham e destes com os que não trabalham. São várias atividades de produção: as antigas, que insistem em sobreviver, e as geradas pelo processo produtivo industrial. Em consequência, a valorização da atividade é transferida para o indivíduo que trabalha, tornando-o resíduo do passado ou expressão dos novos tempos. Os trabalhadores bem-sucedidos são, progressivamente, integrados à sociedade, como cidadãos plenos, com direitos resguardados por um Estado mais participativo, mais democrático e mais distributivo da renda e do bem-estar. Enquanto as empresas nacionais e multinacionais se estruturam, consolidando uma base financeira, administrativa, tecnológica e de gestão da força de trabalho que garante a produtividade e a inovação tecnológica, o Estado intervém para criar o aparato de segurança social para os assalariados da indústria moderna. Os objetivos fundamentais são a fixação de um marco jurídico-legal com regras claras sobre as relações de exploração, a instauração do salário indireto como pensões, auxílio-doença e aposentadoria e, ainda, a estruturação da assistência aos desempregados e acidentados.

O Estado procura vincular a gestão da força de trabalho às modalidades da acumulação do capital, introduzindo a negociação coletiva e condicionando a elevação do nível de salário à elevação da produtividade.<sup>28</sup> A liberdade individual do trabalhador e a liberdade de acumulação do empresário passam a ser, obrigatoriamente, mediadas por regras sociais voltadas para o respeito ao trabalho

como expressão de um direito mais fundamental, o direito à vida, do qual se desdobram os direitos à saúde e à participação no bem-estar coletivo.

É interessante notar a passagem da idéia da responsabilidade individual à noção da solidariedade coletiva, tendo o Estado como guardião. Esta nova matriz que referenda o jogo social tem como elementos constitutivos o avanço científico e tecnológico associado às substanciais mudanças no cenário da vida cotidiana: mudança dos hábitos, dos estilos de vida bem como das crenças e dos valores. Segundo D'Épinay, são quatro os mensageiros dessa mutação: o automóvel, o televisor, a pílula anticoncepcional e as férias. Um familiariza o estranho e realiza sonhos, outro oferece a liberdade de locomoção, o terceiro permite descobrir o prazer do corpo e o quarto estimula o contraponto à rotina anual. Após um século e meio de trabalho obstinado, o homem respira, descobre o tempo livre e descobre a si mesmo com suas aspirações, seus impulsos, seus sonhos, que de repente integram o campo do possível.<sup>29</sup>

Com esta nova prática estabelece-se um intenso debate, principalmente quando se considera as modulações do exercício do trabalho para distintas formações sociais e diferentes sujeitos com disparidade na formação educacional. O modelo gera uma nova mentalidade sobre direito, responsabilidade e solidariedade, tendo como eixo representacional o universo urbano industrial, sem eliminar o *ethos* moral do trabalho e sem abolir a sociedade burguesa e o livre mercado. O Estado, doravante, organiza a gestão prática da solidariedade e garante o respeito aos direitos individuais, sem, entretanto, romper com o discurso da superioridade do trabalho intelectual sobre o trabalho manual e sem romper com a separação entre capital e trabalho.

Isto não significa que não tenha havido mudanças no campo das forças sociais: a massa de trabalhadores se organiza em sindicatos e partidos e ganha força e representatividade, com impacto direto na instituição de novas regras sociais. A importância das ações políticas, marcadas por momentos de conflitos, tensões e de greves, com perdas de quadros expressivos do movimento, aporta a uma nova estrutura simbólica do trabalho, capaz de tornar mais vulneráveis os aparatos de produção. As formas de resistências no final da década de 60 empurram para a

adoção de novos códigos de conduta a partir dos quais os trabalhadores adquirem maior controle sobre o sistema produtivo, abandonando, assim, as velhas formas não declaradas de resistências – absenteísmo, *turnover*, trabalho malfeito, peças defeituosas e aumento do desperdício –, bem como sobre o reconhecimento da importância do movimento operário na correlação de força política, favorável aos trabalhadores organizados e qualificados.<sup>30</sup>

A mensagem é de que o trabalho é relevante, desde que inscrito na estratificação do trabalho remunerado típico da ordem urbana e tecnológica moderna. Esses movimentos reafirmam os dois registros do processo de trabalho: processo singular do indivíduo que age e, campo de disputa simbólica, o de afirmação social. O que fazer com as atividades laboriosas (não remuneradas, domésticas, pré-capitalistas) que infestam as cidades modernas, principalmente as periferias?

156

A evocação de que estes segmentos das franjas da sociedade moderna seriam, pouco a pouco, absorvidos pelo próprio sistema não foi suficiente para garantir a integração social. A sociedade do pleno emprego e do *Welfare State* fez um recorte por critério puramente econômico a favor da multiplicação das profissões que devem favorecer a inserção na sociedade global e na sociedade das organizações. Essas profissões implicam em um estilo de vida, uma posição na sociedade e uma identidade de grupo.<sup>31</sup> Paralelamente, aumentou a desvantagem da larga gama de trabalhadores não-qualificados ou não remunerados. Mas ninguém se aventura em responsabilizar o indivíduo por seu insucesso. A compreensão sobre a sociedade do salário e o papel do Estado vai buscar explicações nas injunções sociais que aniquilam o indivíduo e desencadeiam sua decadência. Deste modo, o trabalho torna-se um direito e a leitura de sua ausência só pode ser aferida ao não cumprimento da nova ética social, consubstanciada na noção de solidariedade. A idéia que vigora a é de que o Estado tem a obrigação de garantir trabalho, dignidade e condições mínimas de vida e bem-estar.

Esta mentalidade contamina a concepção de mundo daqueles envolvidos com o trabalho desvalorizado, impregna a concepção de mundo do trabalhador que sonha também em participar das conquistas e avanços tecnológicos. Segundo D'Épinay, o direito fundamental que alimenta a alma do homem moderno não é mais viver e

trabalhar, mas viver e se realizar. O trabalho passa a ser um instrumento que assegura rendimento suficiente para garantir o bem-estar e a participação na sociedade de consumo. Neste sentido, a moeda deixa de ser o intermediário das relações entre indivíduo e sociedade e galga um domínio totalitário sobre a vida cotidiana.

Enquanto isto, as sociedades periféricas, dentre as quais se inclui o Brasil, vivenciam sua fragilidade política, com estratégias de modernização conservadoras, reproduzindo desigualdades sociais mais profundas, políticas concentradoras de renda e socialmente excludentes. Nestes modelos, uma grande parcela da população não é sequer incorporada ao processo de modernização, com participação política e exercício da cidadania.

A partir das décadas de 70 e 80, o cenário mundial passa por prolongada recessão econômica com tendências inflacionárias, principalmente com a crise do petróleo. A recessão exige cautela e consolida a idéia de atuar no mercado como matriz estruturadora da vida social e política. Tempos do neoliberalismo, quando intensos investimentos de capitais são alocados na automação, na gestão informacional, na terceirização e na especulação financeira. A reprodução capitalista passa a ser articulada com a realidade supranacional, da globalização econômica e das comunicações em uma agenda política internacional e transnacional.<sup>32</sup>

Nas décadas de 80 e 90, fordismo, keynesianismo e marshallianismo perdem seu valor estruturador. O argumento do mercado auto-regulado exige minimizar a presença do Estado. Em conseqüência, há drástica redução das possibilidades de intervenção dos cidadãos e das instituições democráticas sobre a acumulação de capital. Sob o domínio inquestionável da racionalidade operacional do mercado, agravam-se as desigualdades, o desemprego e a pauperização. O modelo de produção denominado de toyotismo<sup>33</sup> aparece como um robusto salto tecnológico, marcado pela automação, robótica e microeletrônica. Suas características são a flexibilização da produção e da especialização, novos padrões de produtividade e novas formas de adequação da produção à lógica do mercado de estoque reduzido para atender a demanda. Em conseqüência, amplia-se a gestão da força de trabalho através dos círculos de controle de qualidade (CCQs), gestão participativa e qualidade total. Os efeitos da transitoriedade das formas de produção são sentidos

na desregulamentação e flexibilização do trabalho.<sup>34</sup>

O enigma em torno do trabalho aumenta porque agora se fala do direito do trabalho em contraposição ao direito ao trabalho, o que implica em redimensionar o lugar do trabalho no debate sobre o ideal da cidadania, posto que, ao que tudo indica, o trabalho deixa de sustentar a cidadania.<sup>35</sup> Esta é uma questão pendente posto que o limite da inclusão encontra-se na natureza do trabalho de diferentes grupos sociais, o que aponta para a construção contraditória da realidade. A métrica de uma ampla rede global que se destila no cotidiano sinaliza para cenários diferenciados, mas movidos por longos anos de trabalho empreendidos com o propósito salvacionista, do mundo mais confortável, mais confiável e mais desfrutável. Assim, produção, consumo, lazer e conhecimento se mesclam em uma planilha de opções e projetos que, em última instância, prometem a felicidade.

158

A força do cotidiano carente e incerto mistura-se à exuberância da sociedade de consumo do primeiro mundo e forma os extremos do paradoxo do mundo do trabalho contemporâneo. Movidos por razões distintas, quais sejam, sobrevivência, de um lado, e levar a produção às suas últimas conseqüências, de outro, a sociedade contemporânea chegou no triste dilema entre continuar a invocar as forças produtivas a qualquer custo, expresso pela desmaterialização da produção, ou humanizar o processo que tem provocado a mais avassaladora desestruturação social.<sup>36</sup>

A identidade social se desloca da esfera da profissão para a autodeterminação dos indivíduos que precisam definir sua identidade com seus próprios recursos e em atividades fora do trabalho, reflexo de modificações objetivas na estrutura material e da nova mentalidade, da mudança cultural que desintegra as velhas redes de engajamento no social e institui a autonomia, o individualismo e a instabilidade profissional e financeira. Assim, os trabalhadores são colocados em perspectiva, necessitando considerar o que desenvolvem fora do local de trabalho, como pessoas, cidadãos, moradores, pais e consumidores, etc.

As transformações ocorridas no sentido do trabalho apontam para uma multiplicidade de leituras sobre os modos como ele é vivenciado e para a invenção de novos termos que expressem suas especificidades. Assim, o termo “trabalho”,

que nasce no século XVII com um objetivo preciso, ganha novas denominações: emprego formal, emprego precarizado, trabalho informal, trabalho ocasional, trabalho temporário, serviço voluntário, trabalho por tempo determinado, trabalho cooperativo, trabalho qualificado, trabalho não-qualificado, profissionais liberais, executivos, ocupação, além de outras tantas designações que funcionam como variações em torno das possíveis modulações lingüísticas e simbólicas. O avanço da sociedade industrial e “pós-industrial” não eliminou velhos registros, mas os aparelhou com ampliado campo de novas significações, cuja inscrição permeia do simbólico às diversas maneiras de manifestar as posições sociais que a atividade produtiva constrói.

A aventura humana de produzir uma sociedade da abundância foi passageira e durou 30 anos, quase que persuadindo os mais pessimistas de que o único modelo viável era o capitalismo ocidental. Mas a aventura social de elaborar e reelaborar sentidos bebe nas águas do imaginário e do discurso que são produzidos na esfera da cotidianidade e não são aprisionados por formalizações retóricas. Assim, os temas privilegiados pela história cultural, principalmente aqueles referentes à produção artística, correspondem a um intenso trabalho, cuja materialidade pode ser o riso ou a emoção, mas resultante de longas horas de árdua atividade. Portanto, são experiências acumuladas e reelaboradas sobre modos de fazer, ordenados por práticas discursivas que permitem a continuidade da experiência social, mesmo que construídas nas “descontinuidades das trajetórias históricas.”<sup>37</sup> Assim sendo, o trabalho é um dos pilares do processo de civilização e das transformações sociais, e embora os processos de trabalho se alterem constantemente, o ato de trabalhar existiu e existirá, porque ele é memória e ato.

## NOTAS

<sup>1</sup> Professora do Departamento de História da Universidade de Brasília e atual Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História da UnB. Doutora em Sociologia pela UnB e Mestre pela London School of Economics and Political Sciences.

<sup>2</sup> MATTELART, Armand e NEVEU, Érik. *Introdução aos estudos culturais*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

<sup>3</sup> Publica, em 1957, *The uses of literacy: aspects of working-class life with special references to*

*publications and entertainments.*

<sup>4</sup> Publica, em 1958, *Culture and society*.

<sup>5</sup> Publica, em 1963, *The making of the english working class*.

<sup>6</sup> Em 1958, publica seu primeiro texto intitulado *Um senso de ausência de pertinência de classe*.

<sup>7</sup> PESAVENTO, Sandra J. *História & história cultural*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica 2004.

<sup>8</sup> ARENDT, Hanna. *A condição humana*. 10ª ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

<sup>9</sup> KUYUMJIAN, Marcia de M. M. *A solidão de uma aventura*. História da estória do garimpeiro. Tese de Doutorado, Brasília, Universidade de Brasília, Departamento de Sociologia, 1996, p. 57.

<sup>10</sup> VIDAL-NAQUET, Pierre. *Le chasseur noir*. Paris: La Découverte, 1981.

<sup>11</sup> VEYNE, Paul. "O Império Romano" In: Paul Veyne (org.) *História da Vida Privada 1: do Império Romano ao ano mil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.125.

<sup>12</sup> Idem, p. 127 e seguinte.

<sup>13</sup> Idem, p. 127 e seguinte.

<sup>14</sup> BOUVIER, Pierre. *Le travail*. 2ª. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.

<sup>15</sup> FARGE, Arlette. "Famílias. A honra e o sigilo" In: Roger Chartier (org.) *História da vida privada 3: da renascença ao século das luzes*. São Paulo: Companhia das letras, 1991, p. 581 a 617.

160 <sup>16</sup> ABREU, Haroldo Baptista de. "O contexto histórico-social da crise dos padrões de regulação sócio-estatal." *Revista Praia Vermelha – estudos de política e teoria social*. Pós-graduação da escola de serviço social da UFRJ – DP&A, vol 1, nº1, 1º sem de 1997, p 49-74.

<sup>17</sup> DARNTON, Robert. "Os trabalhadores se revoltam: o Grande Massacre de Gatos na Rua Saint-Severin" In DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 103 a 140.

<sup>18</sup> MARX, Karl. "Manuscritos Econômicos e Filosóficos" In FROM, Erich. *Conceito Marxista do Homem*. 7ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1979, p.85 a 222.

<sup>19</sup> BRESCIANI, Maria Stella M. "Cultura e História: uma aproximação possível" In: PAIVA, Márcia de & MOREIRA, Maria Êster (coords.). *Cultura. Substantivo Plural*. Ciência Política, História, Filosofia, Antropologia, Artes, Literatura. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996, p.35-54.

<sup>20</sup> RUDÉ, George. *A multidão na história*. Estudos dos movimentos populares na França e na Inglaterra – 1730-1848. Rio de Janeiro: Campus, 1991; THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. A árvore da liberdade. Vol. I, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; LEITE, Marcia de Paula. *O futuro do trabalho*. Novas tecnologias e subjetividade operária São Paulo: Scritta, 1994.

<sup>21</sup> D'EPINAY, Christian Lalive. "Significations et valeurs du travail, de la société industrielle à nous jours" In : DE COSTER, Michel e PICHAUTL, François. *Traité de sociologie du travail*. Bruxelles : De Boeck Université, 1994, p. 55-82.

<sup>22</sup> WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. 7ª. ed. São Paulo: Pioneira, 1992.

<sup>23</sup> BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista*. A degradação do trabalho no século XX. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar. 1981.

<sup>24</sup> LEITE, Márcia de Paula. *O futuro do Trabalho ...* Op cit.

<sup>25</sup> GORZ, André. "O Declínio da Relevância do Trabalho e a Ascensão de Valores Pós-Econômicos." *O Socialismo do Futuro – O Futuro do Trabalho*. nº 6, Instituto Pensar/Fundação Sistema, 1993, p.25-31.

<sup>26</sup> ANTUNES, Ricardo. *Adens ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade*

do Mundo do Trabalho. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.

<sup>27</sup> LAUTIER, Bruno e PEREIRA, Jaime Marques. "Representations sociales et constituiton du marchédu travail." *Cahier de Sciences Humanes*. Paris, n° 30, 1994, p. 303 a 332.

<sup>28</sup> LEITE, Márcia de Paula. Op cit.

<sup>29</sup> Afirmção baseada no texto de D'EPINAY, Christian Lalive. Op cit.

<sup>30</sup> LEITE, Márcia de Paula. Op cit.

<sup>31</sup> AGIER, Michel & CASTRO, Nadya. "Et d'ici cinq ans, crier: liberté! Projet ouvrier et destins personnels parmi les travailleurs et les leaders syndicaux de la nouvelle industrie de process à Bahia (Brésil)." *Pratiques sociales et travail en milieu urbain*. n°11, dez 1989, p. 3-32.

<sup>32</sup> LARANJEIRA, Sônia M. G., "Realidade do trabalho ao final do século XX". Revista *Ser Social*. Trabalho e cidadania. n° 5. Programa de Pós-Graduação em política Social do Dep. de Serviço Social da UnB, jul/dez/1999, Brasília: UnB, 1999, p. 23 a 44; TEIXEIRA, Francisco J. S. "A nova problemática do trabalho e a ética" In: TEIXEIRA, Francisco J. S. (org.) *Neoliberalismo e reestruturação produtiva*. São Paulo: Cortez/Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1996.

<sup>33</sup> ANTUNES, Ricardo. Op cit.

<sup>34</sup> REIMANN, Marcos Francisco e KUYUMJIAN, Marcia de Melo Martins. "Direito humano e direito social: para onde vai o trabalho" *Revista de Informação Legislativa*. Brasília, ano 38, n° 150, abril/junho 2001, p. 145 a 155.

<sup>35</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa. "Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo" In: HELLER, Agnes et al. *A crise dos paradigmas em ciencias sociais e os desafios para o seculo XXI*. Rio de janeiro: Contraponto, 1999, p. 33 a 76.

<sup>36</sup> FREIRE, Lúcia M. B. "Reestruturação produtiva e desestruturação social do trabalho no Brasil no limiar do século XXI" *Revista Ser Social*. Trabalho e cidadania. n° 5. Programa de Pós-Graduação em política Social do Dep. de Serviço Social da UnB, jul/dez/1999, Brasília: UnB, 1999, p. 45 a 64.

<sup>37</sup> CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.

## Resumo

O texto discute o lugar ocupado pelo trabalho no território da história cultural, destacando os significados que adquire ao longo da história. Assim, considera o campo simbólico e as representações que informam como o trabalho é percebido e vivenciado em diferentes contextos. As modulações temporais do termo e das apreciações valorativas sobre quem trabalha, como se trabalha e para quem trabalha apontam para variações produzidas pelo desenvolvimento científico e tecnológico e, ao mesmo tempo, para a permanência de imagens e entendimentos retidos desde a experiência da Grécia Antiga. Para tanto, passeia por diferentes formações sociais, enfatizando as mudanças ocorridas desde a revolução industrial até o neoliberalismo e seus efeitos sobre o terreno sócio-cultural.

**Palavras-Chaves:** trabalho, sociedade, cultura e sentidos.

## Résumé

Le texte discute la place occupée par le travail dans le territoire de l'histoire culturelle, en mettant en évidence les sens qu'il acquiert au long de l'histoire. De cette façon on considère le champ symbolique et les représentations qui informent comment le travail est aperçu et vécu dans des contextes différents. Les modulations temporelles du terme et des appréciations de valeur sur qui travaille, comment travaille et pour qui travaille signalize des variations produites par le développement scientifique et technologique et, au même temps, pour le maintien des images et des compréhensions retenues depuis l'expérience de la Grèce Antique. Pour autant, on se promène par des différentes formations sociales, marquant les changements qui ont eu lieu dès la révolution industrielle jusqu'au néolibéralisme et ses effets sur le territoire socioculturel.

**Mots-Clés:** travail, culture, social e sens.